

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND 23 de junho (terça-feira) - 9h

Auditório da Escola de Serviço Social – campus da Praia Vermelha

Lembramos que as reuniões do Conselho de Representantes são abertas a todos os professores sindicalizados.

PAUTA

1 - Informes; 2 - Constituição do Comando Local de Greve; 3 - Aprovação do regimento do Comando Local de greve; 4 - Delegação para o Comando Nacional de Greve; 5 - Calendário de mobilização, e; 6 - Assuntos Gerais.

Técnicos suspendem entrega de documentação da matrícula do SiSU

Página 6



Silvana Sa - 19/06/2015

www.adufrj.org.br

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ
ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Andes-SN
Ano XIV nº 892

Central Sindical e Popular - Conlutas
23 de junho de 2015

Diretora do Andes-SN esclarece dúvidas sobre a greve docente

Página 4

Samuel Tosta - 19/06/2015



O Salão Leopoldo Miguez foi palco da Assembleia Geral da Adufrj-SSind que decidiu pela adesão dos professores da UFRJ ao movimento grevista nacional

A UFRJ ENTRA NA GREVE

Adesão ao movimento foi decidida em Assembleia Geral realizada na Escola de Música no dia 19. Comando Local de Greve será instalado nesta terça-feira (23), em reunião do Conselho de Representantes. Página 3

SEGUNDA PÁGINA

A armadilha da Funpresp

Em debate ocorrido na Fiocruz, servidores foram alertados sobre os riscos da adesão ao fundo

Atividade também discutiu mobilização dos SPF

Silvana Sá

silvana@adufrrj.org.br

“**A** Funpresp visa transformar e tornar paritária as aposentadorias dos servidores públicos com as dos trabalhadores do INSS. No caso, rebaixando o teto das aposentadorias dos servidores”, enfatizou a professora Sara Granemann, da Escola de Serviço Social da UFRJ, em debate realizado na Fiocruz, no último dia 17. Convidada do Movimento de Base Asfoc de Luta para uma atividade de mobilização dos trabalhadores daquela instituição, ela criticou duramente a Fundação de Previdência Complementar dos Servidores do Executivo, criada pelo governo em 2012.

Estudiosa do assunto, Sara explicou que a adesão à Funpresp não é obrigatória: “Ninguém está obrigado a se filiar à fundação. Mas, depois de filiado, o termo de adesão denomina o ato como irrevogável e irretirável”. A docente informou que os servidores que ingressaram no serviço público federal até junho de 2012 gozam do direito à aposentadoria integral, “desde que não se filiem ao fundo”. “No momento em que se filia ao fundo de pensão, você abre mão automaticamente de sua aposentadoria integral”, alertou. Já os trabalhadores que ingressaram depois dessa data não têm mais direito ao benefício integral. Estes receberão na aposentadoria o valor igual ao teto do INSS (hoje, de R\$ 4.663,75).

Contribuição definida, já o retorno...

Até 2001, de acordo com a professora, existiam dois tipos de aposentadoria complementar: a de benefício definido e a de contribuição



Na mesa, Luiz Pustiglione e Sara Granemann conversam com os colegas da Fiocruz

definida. A de benefício definido variava a contribuição a partir da rentabilidade do fundo, mas o contratante sabia quanto receberia ao final do investimento. Depois de 2001, passou a existir apenas a contribuição definida, que possui valor fixo para as mensalidades, mas não se sabe quanto o contratante receberá na aposentadoria: “Dependerá da ‘saúde’ do fundo, assim eles declaram”, disse Sara.

No caso da Funpresp, que é de contribuição definida, o Estado pode contribuir para o fundo com até 8,5% do valor do salário do trabalhador. O servidor, por sua vez, pode contribuir com até 30% de seu salário: “Não é um bom negócio para os trabalhadores”, esclareceu a palestrante.

Ainda segundo Sara Granemann, a Funpresp foi chamada de “previdência complementar” apenas para atrair

Movimento investe no esclarecimento dos colegas

O debate sobre a crise do capital e seus impactos sobre a previdência dos trabalhadores e sua organização de luta foi o terceiro recentemente organizado pelo Movimento de Base Asfoc de Luta. No primeiro, realizado no mês de abril, o tema foi terceirização e luta dos trabalhadores; no segundo; financiamento da saúde.

adeptos. “Isto, na verdade, é um investimento em mercado de capitais. E quem tem algum conhecimento sobre isso sabe o nível elevado do risco de perder tudo de um dia para o outro”. Como exemplo, ela citou o Postalís, fundo de previdência dos funcionários dos Correios que investiu nas

ações das empresas de Eike Batista. O Postalís sofreu um rombo de mais de R\$ 5 bilhões e, agora, os trabalhadores dividem o prejuízo.

Unificar as lutas

Outro convidado para a atividade da Fiocruz foi o técnico-administrativo Luiz Pustiglione, também da UFRJ. Ele defendeu a necessidade de unificar as lutas dos trabalhadores. “Esta não é uma tarefa fácil, mas é necessária para termos força de barrar a série de ataques que vem destruindo as instituições públicas. A construção da greve dos servidores públicos federais vai exatamente nessa direção. A unificação das lutas nos possibilita arrancar vitórias”, disse. Pustiglione elencou a pauta unificada dos SPF e chamou os trabalhadores da Fiocruz a se somarem às mobilizações e à greve dos servidores federais.

Leher toma posse dia 3

O reitor eleito da UFRJ, professor Roberto Leher, Titular da Faculdade de Educação, será investido no cargo mais alto da universidade no dia 3 de julho. A solenidade de posse acontece às 10h, no Auditório José Horta Barbosa, Centro de Tecnologia (Fundão). Roberto Leher foi escolhido pela comunidade acadêmica no dia 7 de maio. No dia seguinte, o Colégio Eleitoral, formado pelos conselhos superiores da universidade, referendou o nome de Leher para ser encaminhado ao MEC. A Chapa 20, encabeçada por Roberto Leher, recebeu 13.377 votos, contra 6.580 da chapa adversária.

Professores da Uerj discutem greve neste dia 25

Em assembleia realizada no último dia 10, os professores da Uerj resolveram marcar a próxima reunião da categoria para este dia 25. Até lá, terão sido realizadas duas audiências com a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia para discutir as reivindicações docentes. A assembleia também encampou uma campanha contra a criminalização dos movimentos sociais, com apoio às 23 pessoas já criminalizadas pelas lutas das jornadas de 2013 e 2014. Os professores declararam, ainda, solidariedade à pauta dos estudantes e exigiram abertura imediata de negociações da reitoria/governo com este segmento. Um indicativo de greve permanecerá em pauta na próxima assembleia.

Errata

Na edição anterior do **Jornal da Adufrj**, houve um erro na tabela que comparou os salários dos professores (Adjunto 1, DE) e de pesquisadores do IPEA (nível inicial da carreira, sem exigência de doutorado) e do MCT (primeiro nível com doutorado). Na coluna do IPEA, o ponto de separação do milhar ficou uma casa à direita nas primeiras células. O equívoco já foi corrigido no link da matéria no site da Seção Sindical (que pode ser acessada em <http://migre.me/qlqqr>).

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND** Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique André Ramos Wellen; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Pentead de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Antônio José Barbosa de Oliveira Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvania Meimaridou Rola; André Onoli Parreiras Escola de Belas Artes Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues Faculdade de Letras Gumercinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Nery Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Coppe Vera Maria Martins Salim Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha; Eduardo Gonçalves Serra Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiária Samantha Su Tecnologia da Informação: Renato Souza Tiragem 4.100 E-mails: adufrrj@adufrrj.org.br e secretaria@adufrrj.org.br Redação: comunica@adufrrj.org.br Cadernos Adufrj: revista@adufrrj.org.br Diretoria: diretoria@adufrrj.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufrrj.org.br Página eletrônica: <http://www.adufrrj.org.br>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

MOVIMENTO DOCENTE

Samuel Tosta - 19/06/2015



Docentes da UFRJ unem-se aos colegas de mais 34 Ifes em greve

Começa a greve na UFRJ

Adesão ao movimento nacional dos professores federais foi decidida em assembleia geral no dia 19 de junho

Convocado Conselho de Representantes para instalação do Comando Local de Greve

Reunião nesta terça-feira, 23 de junho, às 9h, do Conselho de Representantes (CR) da Adufrj-SSind, no auditório da Escola de Serviço Social, campus da Praia Vermelha, irá instalar o Comando Local de Greve na UFRJ. A adesão dos docentes da universidade ao movimento nacional que, até o fechamento desta edição (em 22/6), envolve 35 instituições federais de ensino superior foi decidida em Assembleia Geral na sexta-feira, 19 de junho.

A ameaça de colapso por falta de recursos – que já paralisou a UFRJ no início deste ano – e o ataque às IFE não deixaram aos docentes da universidade outra alternativa, segundo o presidente da Seção Sindical, Cláudio Ribeiro. Os professores agora se unem aos estudantes (de graduação e pós) e aos técnicos-administrativos, que já estavam em greve.

A categoria lotou o salão Leopoldo Miguez, da Escola de Música da universidade, palco da assembleia que decidiu pela adesão, a partir desta terça-feira 23, à paralisação convocada

Os eixos da pauta

- Defesa do caráter público da universidade
- Melhorias das condições de trabalho
- Garantia de autonomia universitária
- Reestruturação da carreira
- Valorização salarial de ativos e aposentados

pelo Andes-SN. Neste dia 23, está marcada reunião do Sindicato Nacional com o MEC, em Brasília (veja na página 4)

A greve foi aprovada por 193 votos favoráveis, 167 contrários e duas abstenções. Além de professores, a reunião foi acompanhada de estudantes e técnicos.

Debate

A tensão natural que marca momentos de relevância política na história da luta dos docentes em defesa da universi-

dade pública não impediu, na assembleia, abordagens com leituras diversas da crise.

O presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, que participou da reunião, defendeu a pauta do Sindicato Nacional. De forma quase didática, o dirigente expôs os cinco eixos da pauta para um plenário atento. A defesa do caráter público da universidade é o primeiro desses eixos: é o que preside as preocupações essenciais do movimento que defende a universidade pública contra os

projetos que fortalecem a privatização do setor, defendeu Paulo Rizzo.

Condições de trabalho, garantia de autonomia, reestruturação da carreira e valorização salarial de ativos e aposentados também foram listados pelo presidente do Andes-SN. Rizzo lembrou que, enquanto se mantém indiferente às reivindicações do movimento docente, o governo aprofunda sua linha de transferir recursos públicos para o setor privado da educação, por meio de programas como o Prouni e o Fies.

Adesão à greve

A proposta de adesão à greve foi apresentada num texto entregue aos docentes e assinado pela diretoria e pelo Conselho de Representantes da Adufrj-SSind. O documento, na verdade, faz um inventário da grave crise que, no dia a dia, toma conta da universidade pública, atingindo as instituições e o futuro de professores, estudantes e funcionários.

Os temas expostos no documento da diretoria e do CR foram recorrentes no debate que se seguiu, na Escola de Música. O estrangulamento financeiro das IFE, as ameaças à carreira dos docentes, as consequências da Funpresp, a falta de qualquer previsão de reajuste salarial em 2016 constituem um cenário devas-

tador para as universidades.

As restrições financeiras impostas pelo reajuste fiscal atingem as verbas de custeio e investimento, transformando alguns campi em cemitério de obras e criando situações mais humilhantes aos trabalhadores terceirizados. No caso da carreira docente, no horizonte é a sua extinção, diante da possibilidade de contratação de professores por meio de organização social (OS), como já autorizou o Supremo Tribunal Federal em abril deste ano.

O quadro que se apresenta, concluíram os professores, é de um conjunto de ações articuladas de ataques à universidade pública. Ataques que também podem ser traduzidos nas condições de trabalho cada vez mais precárias, na falta de verbas para assistência estudantil, na degradação da carreira dos técnicos.

E mais: diante dessa situação, o governo ainda anuncia sua preocupação em reduzir a folha de pagamento em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Não houve diferenças marcantes no diagnóstico da crise. As divergências se concentraram nos caminhos para enfrentá-la.

Depois da assembleia, o presidente da Adufrj-SSind, Cláudio Ribeiro, disse que os passos imediatos, agora, são: organizar a luta dentro da universidade e também procurar o diálogo com a sociedade nas ruas.

Moções

A assembleia dos docentes aprovou três moções. Uma de apoio à greve dos trabalhadores em educação da UFRJ; outra, ao movimento estudantil, pelas lutas importantes em defesa da educação pública. Na UFRJ, os alunos estão em greve. Uma terceira moção foi de repúdio à aprovação, numa Comissão Especial da Câmara dos Deputados, da redução da maioria penal.

CAMPANHA SALARIAL

Pressão da greve faz MEC marcar reunião para dia 23

Na audiência, Andes-SN vai cobrar, ainda, informações sobre o corte orçamentário sofrido pela pasta

Docentes já paralisaram em 35 IFES

Com a intensificação da greve entre os docentes federais, que já contava com a adesão de 35 instituições até o fechamento desta edição (em 22/6), a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC) agendou para esta terça-feira (23), às 14h, em Brasília (DF), uma reunião com o Andes-SN. Na pauta, está a discussão das reivindicações dos docentes federais, em greve desde 28 de maio por conta da negativa do governo em negociar com a categoria.

Na última reunião entre Sindicato Nacional e o Ministro da Educação em exercício, Luiz Cláudio Cos-

ta, em 22 de maio, os docentes apresentaram, mais uma vez, a pauta da categoria, que inclui: a defesa do caráter público da universidade, melhores condições de trabalho, garantia de autonomia, reestruturação da carreira e valorização salarial de ativos e aposentados. Os representantes do MEC, novamente, não apresentaram respostas, e ainda voltaram atrás em relação ao acordo assinado entre a SeSU/MEC e o Andes-SN em abril de 2014, referente aos conceitos iniciais para reestruturação da carreira.

Paulo Rizzo, presidente do Andes-SN, ressalta que, como o governo segue sem negociar com os docentes federais, é fundamental a manutenção e o fortalecimento da greve. "Todas as reuniões anteriores não apresentaram propostas e esperamos que o governo responda às nossas reivindicações. Depois dessa

reunião, teremos que avaliar se houve avanços ou não, e qual a forma de dar continuidade ao movimento", afirmou Rizzo.

O presidente do Andes-SN explicou que a SeSU/MEC tinha ficado responsável por marcar nova reunião, duas semanas após aquela realizada em 22 de maio. No entanto, como o Sindicato Nacional não foi convocado, enviou ofício cobrando a audiência: recebeu como resposta o agendamento para o dia 23 de junho.

A expectativa de Rizzo para a reunião é saber se o MEC dará autorização para a Secretaria de Ensino Superior negociar com os docentes federais. "Na reunião que o Sinasefe teve com o ministro da Educação, lhes foi dito que a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) estava autorizada a negociar com o sindicato, mas apenas questões que não

trouxessem impactos orçamentários. O que nós vamos saber na reunião com a SeSU é se há autorização ou não de disponibilização de recursos por parte do MEC para responder à nossa pauta", disse o presidente do Andes-SN.

Em relação aos cortes orçamentários, que recentemente retiraram R\$ 9,4 bilhões da educação, Paulo Rizzo espera que o MEC apresente publicamente as informações sobre os programas e investimentos afetados. "Nós já estamos vendo, na prática, os problemas decorrentes dos cortes na educação — em programas como o Parfor (de formação de professores) e no corte das bolsas estudantis, por exemplo —, mas vamos cobrar do MEC que torne público exatamente onde são os cortes que afetam a educação brasileira", disse Rizzo. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

Andifes não tem posição sobre contratação docente via OS

Nos últimos dias, teria circulado na internet uma notícia de apoio dos reitores à proposta de contratação de professores via organizações sociais. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), por sua vez, garante que não há um posicionamento institucional a respeito do tema, proposto pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em 2014.

Gustavo Balduino, secretário-executivo da Andifes, afirmou que o debate sobre a terceirização da contratação de docentes federais nunca foi pautado na entidade e que desconhece algum reitor com posição oficial a esse respeito. "Efetivamente, a Andifes nunca tratou desse assunto. Nem informalmente. E eu não conheço algum reitor que tenha posição favorável ou contrária, ou que tenha debatido esse assunto", disse. Ainda de acordo com o Balduino, não há nenhuma previsão de que o tema seja pautado nas reuniões da entidade.

Paulo Rizzo, presidente do Andes-SN, critica a proposta de contratação de professores via OS. "É importante que os reitores tenham informado que não há posicionamento por parte deles em relação à contratação de docentes via OS, porque já temos experiências de gestões hospitalares via OS e elas significam precarização, não apenas do trabalho, como também dos serviços oferecidos nos hospitais", afirmou o docente.

Rizzo ressalta que, no entanto, o projeto de precarização segue pairando sobre as universidades. "O fantasma da contratação por OS não deixou de existir. Devemos lembrar que ele foi lançado pelo presidente da Capes no final do ano passado, como uma proposta para captar recursos humanos para as universidades, e a ideia ainda existe. E, em uma época de ajuste fiscal, é uma possibilidade que não foi descartada. Vale lembrar também que esse projeto se insere, por exemplo, nos hospitais universitários via Ebserh, que é uma empresa, não uma OS, mas também funciona com a precarização das relações de trabalho", disse o presidente do Sindicato. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

GREVE 35 já alcança UNIVERSIDADES

Até o momento, a greve nacional dos docentes federais já conta com a adesão de 35 universidades.

Eixos principais da pauta de reivindicações:

- Defesa do caráter público da universidade;
- Por melhores condições de trabalho;
- Garantia de autonomia universitária;
- Reestruturação da carreira;
- Valorização salarial de ativos e aposentados.

BATEPRONTO/Greve docente

MARINALVA OLIVEIRA/1ª vice-presidente do Andes-SN

Quem não dialogou foi o governo



Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

Primeira vice-presidente do Sindicato Nacional, Marinalva Oliveira culpa o governo — que interrompeu as negociações em maio de 2014 — pela greve. Ela acredita na força da unidade entre os três segmentos universitários para conseguir o atendimento das reivindicações. No dia desta entrevista, realizada por e-mail, a dirigente recebeu a notícia da marcação da reunião com o MEC para esta terça-feira, 23 de maio.

Opositores da greve dizem que a pauta é extensa demais, que não é clara. O que a senhora tem a dizer sobre isso?

A nossa greve expressa o enfrentamento entre o projeto do governo de ensino superior e nossa defesa da universidade pública. Os pontos concretos da nossa pauta são as verbas para as IFES funcionarem (logicamente, reversão dos cortes, contas pagas e mais investimentos), concursos públicos para docentes e técnicos-administrativos, pagamento e ampliação das bolsas estudantis, política consistente de permanência, garantia dos espaços públicos, passos na reestruturação da carreira, valorização salarial e finalização das obras inacabadas. A defesa do caráter público da universidade só se concretiza na garantia do Regime Jurídico Único (RJU) com a derrota do projeto de contratação via organização social (OS). Portanto, a pauta não é extensa, ela é apenas o necessário para manter o caráter público da universidade.

O ministro da Educação acusa o movimento de “precipitado”, que faltou diálogo...

O Ministério da Educação (MEC) interrompeu as reuniões em maio de 2014. Apenas no dia 22 de maio de 2105, após a aprovação da deflagração da greve, fomos chamados para um encontro. Mas, nele, o governo não apresentou nenhuma resposta às nossas reivindicações, e pior, ainda negou o acordo assinado em abril de 2014. Hoje (17) tivemos um segundo encontro que agendou uma nova reunião de negociação para o dia 23 de junho. Estamos na expectativa de que haja avanços em relação às nossas reivindicações.

É importante destacar que, ao longo de todo esse período, o Sindicato solicitou, várias vezes, reuniões de negociação e que apenas a partir da deflagração da greve fomos atendidos. Faltou diálogo sim, mas por parte do MEC.

Qual a estratégia para o movimento ganhar mais visibilidade neste momento?

Acreditamos na força da unidade entre os três segmentos em defesa da universida-



O presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, defendeu a pauta do Sindicato Nacional na última Assembleia Geral da Adufrj-SSind, dia 19

de. As mobilizações conjuntas com estudantes e técnicos-administrativos são fundamentais para esse salto de qualidade na pressão sobre o governo. Mesmo com o convite de reunião do MEC para 23 de junho, é preciso ter clareza de que qualquer avanço nessa mesa só será possível se fortalecermos as mobilizações em cada local.

Algumas pessoas avaliam que a greve não é mais um instrumento válido na negociação ou que só prejudica servidores, os alunos e suas famílias. O que tem a dizer sobre essa leitura?

A greve é o último instrumento que usamos para pressionar o governo a negociar. Antes de deflagrar esta greve, fizemos vários movimentos no sentido de agendar reuniões, fizemos atos, paralisações etc. Infelizmente, a única resposta que obtivemos do governo foi o anúncio de cortes orçamentários para universidades que já vinham sofrendo com a falta de investimentos. A greve é e sempre foi um instrumento importante e necessário dos trabalhadores diante de conjunturas de ataques a direitos. Quanto ao resultado não é preciso dizer muito mais: depois de mais de um ano sem reuniões, vamos ser recebidos pela segunda vez em poucos dias por conta da greve. Quem afirma que a greve

prejudica a sociedade inverte a equação, apagando simplesmente o principal fator que é o corte orçamentário (e de direitos básicos como a educação pública de qualidade) realizado pelo governo.

Para a senhora, que presidiu o Sindicato durante a greve de 2012, quais são os pontos comuns e as diferenças entre o movimento daquele ano e o deste?

Os pontos comuns dizem respeito ao embate entre dois projetos de educação superior: o projeto privatista do governo versus o projeto de universidade pública do Andes-SN. Em 2015, está mais evidente a pressão do dia a dia para o desmonte da estrutura pública da universidade e para sua privatização interna. E que, consequentemente, enfraquecem nosso projeto da educação superior como um direito.

Agora, os cortes orçamentários aceleram e radicalizam esse processo de ataques, trazendo novas ameaças como a contratação nas universidades via OS. Nesse cenário, mais do que nunca é necessário não perder de vista que a universidade pública só mantém sua qualidade graças à resistência de anos de seus estudantes, técnicos e docentes em luta. As greves emergem quando necessárias e têm sido vitoriosas.

“As mobilizações conjuntas com estudantes e técnicos-administrativos são fundamentais para esse salto de qualidade na pressão sobre o governo.”

Samuel Tosta – 19/06/2015

GREVE

Técnicos da UFRJ suspendem matrícula presencial do SiSU

Para negociar com o governo, categoria segue orientação da Fasubra quanto aos ingressantes do segundo semestre

Reitoria, por sua vez, diz garantir pré-matrícula

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

Os técnico-administrativos da UFRJ decidiram, em assembleia no dia 15, confirmar a indicação (já noticiada na última edição do **Jornal da Adufrj**) da Federação de Sindicatos dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra): está suspensa a realização presencial das matrículas dos estudantes ingressantes, no segundo semestre de 2015. Ao todo, 3.731 alunos aprovados pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) realizariam o procedimento na UFRJ nos dias 19, 22 e 23.

Luiz Pustiglione, do Comando Local de greve, explica que a matrícula é feita em duas etapas. A primeira é completamente online e centralizada pelo Ministério da Educação (MEC). Em seguida, vem o momento presencial da matrícula, “quando toda a documentação declarada pelos estudantes é conferida”. A mobilização dos técnicos está focada aí.

Todo estudante, independentemente da região de origem, comparece à universidade para validação do processo, explica Pustiglione. Segundo ele, o comando local de greve está preocupado com a comunicação da UFRJ com seus futuros alunos, em especial com os que vêm de outros estados. “Estamos preocupados com a divulgação das informações o quanto antes para evitar esses deslocamentos”, disse.

O trabalho das inscrições, afirma o servidor, é de atribuição dos técnicos-administrativos. No entanto, Luiz não descarta a possibilidade de iniciativas isoladas: “Pode acontecer de um professor resolver fazer por conta própria, mas é bom lembrar que a função é técnica”.



Silvana Sá - 18/06/2015

Manifestação chamada “Se o governo não nos receber, o SiSU não vai acontecer” passou pelo corredor térreo do CT

Ato foi realizado dia 18

Um ato, dia 18, marcou a decisão de não efetivar as matrículas do SiSU para o próximo semestre. A atividade começou no Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN). De lá, os segmentos em greve foram até a Divisão de Registro de Estudantes (DRE) e seguiram com apito e “arrastão” pelos corredores do Centro de Tecnologia. No percurso, eles chamaram estudantes e professores que estavam em sala de aula para se somarem ao ato contra os cortes do governo federal. A manifestação, chamada “Se o governo não nos receber, o SiSU não vai acontecer”, terminou na Faculdade de Letras.

MEC desconversa

O Ministério da Educação divulgou nota para a imprensa afirmando que, “ao participarem do SiSU, as instituições têm que assegurar o direito do estudante à matrícula. Ou seja, o estudante não pode ser prejudicado”. Segundo o pequeno documento, o MEC “tem acompanhado de perto essa questão” e “até o momento” não teria “qualquer informação de que as matrículas de estudantes participantes do SiSU estejam de alguma forma afetadas pela greve na UFRJ”.

Alegou, ainda, que “em edição anterior, ocorreu situação semelhante que foi resolvida pela própria UFRJ com matrícula online dos estudantes selecionados, com comprovação documental posterior”.

Greve encorpa: já são 65 instituições

Em greve desde 28 de maio, os técnicos-administrativos investem na radicalização das ações para desobstruir o canal de negociação. “Quem levou a essa radicalização foi o governo que se recusa a abrir negociação real com o Comando de Greve. A negociação é condição para a matrícula e o governo sabe que dar declarações, desqualificando

o movimento, não resolve a questão”, afirmou Gibran Jordão, da Coordenação Geral da Fasubra. Segundo o dirigente, assim como a UFRJ, várias universidades estão aprovando a suspensão das matrículas: “Estamos muito conscientes. Nenhum estudante perderá sua vaga”, destacou. O movimento já alcança 65 instituições federais.

Reitoria vai fazer pré-matrícula

A assessoria de imprensa da reitoria informou que iria fazer, desde o dia 19, as pré-matrículas dos candidatos classificados para os cursos de graduação da universidade, na chamada 2015/2. Todos os alunos deveriam, obrigatoriamente, acessar o

endereço www.prematricula.ufrj.br e realizar os procedimentos indicados. As inscrições terminam neste 23 de junho, às 16h. A matrícula presencial, com apresentação de documentos, está marcada para julho, em data ainda a ser divulgada.

PÁTRIA EDUCADORA?!

Governo do estado desmonta pré-vestibular social

Projeto que amplia as chances de os estudantes de baixa renda ingressarem na universidade pública, via Consórcio Cederj, sofreu corte de verbas da ordem de R\$ 700 mil. Dois dos 55 polos já foram fechados

Tutores estão sem receber

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

O Consórcio Cederj, que reúne diversas universidades do Rio de Janeiro na modalidade de educação à distância e semipresencial, possui outro braço, o Pré-Vestibular Social (PVS), que tem por objetivo contribuir com jovens das periferias para conseguirem a tão sonhada vaga na universidade. Ocorre que os tutores do projeto estão com suas bolsas e auxílios-transporte atrasados. É o que relata o tutor Guilherme Marinho, de História. “Iniciamos as atividades deste ano em março e, até maio, ainda

não havíamos recebido. Depois de duas paralisações, conseguimos receber as bolsas de março, mas as de abril até agora não recebemos. Fomos informados de que elas seriam pagas até o dia 20 de junho, mas ainda não chegou a confirmação do pagamento programado, o que indica que continuaremos sem receber”.

No mês passado, dois polos encerraram suas atividades depois de o programa sofrer um corte de R\$ 700 mil, pouco mais de 10% do orçamento do ano passado. “A Secretaria de Educação propõe uma educação tecnocrática, sem desenvolvimento do pensamento crítico. O projeto de pré-vestibular tem um perfil de transformação social, porque coloca pessoas que nunca puderam acessar o nível superior dentro da universidade. E está sendo desmontado”, des-

abafou Guilherme.

O PVS possui 55 polos espalhados por todo o estado do Rio de Janeiro. Cada polo tem oito tutores, que orientam os estudantes nas disciplinas de Língua Portuguesa, Redação, Matemática, Química, Física, História, Biologia e Geografia. As aulas do projeto são totalmente presenciais e ocorrem, na maior parte dos locais, aos sábados. “Mas é protocolo os tutores passarem seus telefones, e-mails e perfis de redes sociais para que os estudantes tirem dúvidas ao longo da semana. E por esse trabalho nós não somos remunerados. Nossa orientação ao longo da semana nem conta como horas trabalhadas”, disse.

Os tutores são incentivados a terem mais de uma turma, com limite de seis. “Nossa bolsa aumenta na medida em que pegamos

mais turmas. Quando alcançamos seis turmas, recebemos R\$ 825. Esse é o valor máximo da nossa remuneração. Não podemos nem ser chamados de professores, porque não temos um contrato com essa especificação e nem podemos chamar nossa remuneração de salário”.

Guilherme relata que, além dos atrasos nas bolsas e na passagem, os tutores não possuem nenhuma garantia trabalhista: “Não temos seguro, não temos direito a faltar por motivo de doença. Quando isso acontece, somos descontados”.

Pauta dos trabalhadores

O movimento dos tutores do PVS se articula para conseguir garantias trabalhistas nos contratos, além da regularização no pagamento das bolsas e reajuste do valor: “São cinco anos sem reajuste.

Queremos repensar nosso contrato de trabalho, porque temos muitas obrigações e nenhum direito. Isso causa problemas sérios de rotatividade. Vários colegas desistem, porque não conseguem se sustentar”. Alguns polos funcionaram parcialmente devido ao atraso no pagamento das bolsas.

Nas paralisações realizadas em maio pelos tutores, segundo Guilherme, apenas dois polos mantiveram as atividades, o que demonstra a força da mobilização. Mas os tutores temem retaliações: “As pessoas não estão mais suportando a situação, mas não temos garantias de que não seremos demitidos. Consta no nosso contrato que eles podem retirar a qualquer momento a nossa bolsa e sob qualquer justificativa. Sem aviso prévio, sem qualquer direito assegurado”.

UFRJ

“Quem entrou quer ter lugar”, exigem alunos

Atividade da greve estudantil cobra finalização das obras de infraestrutura

Samantha Su

Estagiária e Redação

Na atividade chamada “Quem entrou quer ter lugar” da greve estudantil da UFRJ realizada dia 17 no Fundão, o segmento criticou a expansão desordenada dentro do programa governamental Reuni, quando muitos dos cursos novos foram criados.

“Os alunos precisam de estabilidade no ensino. A gente não quer essa modernidade abstrata do curso multiunidades, a gente quer sala de aula, professores próprios por concurso público e assistência estudantil de qualidade”, desabafou Jéssica Cerqueira, do curso de Relações Internacionais.

Dentre as obras reclamadas pelos alunos, está um novo prédio para o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, prometido para ser entregue em 2013, e ainda no esqueleto. Segundo os estudantes do curso de Gestão Pública para

o Desenvolvimento Econômico Social (GPDES), a reitoria informou que as obras do CCJE já foram retomadas, mas, enquanto isso, o curso funciona em contêineres sem infraestrutura adequada. A conclusão, várias vezes adiada, das novas residências estudantis, além da reforma do alojamento atual, também foi lembrada.

Marcaram presença, ainda, representantes dos cursos de Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Defesa e Gestão Estratégica Internacional: todos funcionam hoje no prédio da Letras.

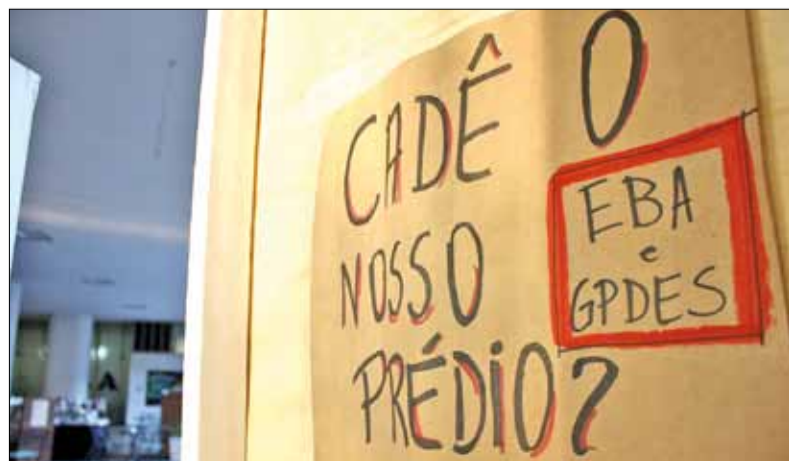
Técnicos vão manter pagamento das bolsas estudantis

Durante a atividade, os técnicos-administrativos declararam apoio à mobilização estudantil. A representação do comando dos técnicos também informou ter sido criada uma comissão especial para atuar na Pró-reitoria de Pessoal e na Pró-reitoria de Governança com a finalidade de garantir o pagamento das bolsas estudantis e os repasses às empresas terceirizadas. O ato, iniciado na reitoria, terminou com um sarau nos jardins da Faculdade de Letras.



Fotos: Samantha Su - 17/06/2015

Passeata estudantil saiu do prédio da reitoria em direção à Faculdade de Letras



Alunos perderam a paciência com o atraso nas obras dos novos prédios

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

Rafael Duarte - 20/06/2013

Dois anos do levante

Este domingo, 20 de junho de 2015, celebra a memória da maior manifestação popular tendo o Rio como cenário, desde o movimento Diretas Já, em 1984. Foi o auge aqui nesta cidade da explosão social que alcançou o Brasil no outono/inverno de 2013. Os números não são precisos, mas, na tarde daquela quinta-feira, não menos do que 500 mil pessoas foram às ruas, enfrentando violenta repressão policial. As previsões mais otimistas que apontavam “os levantes de junho” (assim o fenômeno foi registrado) como um novo marco do movimento de massas e certos desdobramentos na conjuntura não se confirmaram. Veja parte do balanço feito, então, pelo **Jornal da Adufrj** acerca dos protestos.

“ (...) tudo começou com o protesto contra o aumento das passagens. Mas logo as manifestações se espalharam país a fora, erguendo pautas múltiplas e ganhando fôlego de levante popular. Investimentos em saúde, educação, melhoria dos serviços públicos, mobilidade urbana emergiam como reivindicações nos cartazes. Os gastos superfaturados com a Copa, a violência da polícia e suas ações de extermínio nas periferias, tudo isso fez ferver o caldeirão político numa dimensão impensável poucas semanas antes. A esquerda tradicional foi pega de surpresa, mas logo se incorporou às lutas – até porque, na essência, as bandeiras nas ruas sempre foram erguidas pelas forças identificadas com as lutas populares. Já os setores reacionários procuraram surfar nas ondas dos protestos – com a poderosa ação política da mídia – para contrabandear sua agenda. O professor da UFRJ Mauro Iasi (que escreveu um dos artigos de livro editado pela Boitempo em busca de interpretação para o fenômeno dos protestos) observou que as múltiplas pautas trazidas às ruas são bloqueadas pela política econômica do governo, com os gastos astronômicos destinados ao financiamento dos juros da dívida pública.”



Quinta-feira, 20 de junho de 2013: Av. Presidente Vargas ocupada por milhares

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes

